



No princípio era o trabalho... o trabalho como princípio educativo

In the beginning, there was work ... work as an educational principle

Orlando Bif¹; Roberta Pasqualli² *

¹Mestrando em Educação pelo Instituto Federal de Santa Catarina, (IFSC), Santa Catarina (SC), Brasil.; Pós-Doutora em Educação pela Universidade Federal Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora permanente e coordenadora do Programa de Pós-Graduação/Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), Instituto Federal Santa Catarina (IFSC), Santa Catarina (SC), Brasil.

***Autor correspondente:** Roberta Pasqualli. *E-mail:* rpasqualli@gmail.com

Resumo: Esse artigo de revisão considera a escola situada num contexto que leva em conta sua relação com a sociedade, com a economia e com a política. Tem como objetivo discorrer sobre as relações entre a escola, a educação, o trabalho e o trabalho como princípio educativo. Foi elaborado numa abordagem qualitativa, produzido por meio de pesquisa bibliográfica envolvendo autores como Gramsci (2010), Monasta (2010), Manacorda (2007), Frigotto (2005), Saviani (2007) entre outros. A produção teórica ocorreu por meio da análise de publicações científicas em periódicos e livros que abordam o tema. A concepção de educação aqui abraçada considera o trabalho - em suas múltiplas dimensões - como princípio educativo e categoria central da sociedade, eixo indiscutível dos currículos escolares. Considera-se, também, que a formação politécnica e omnilateral é um fim a ser alcançado na educação profissional e que a técnica é instrumento e não ente substantivo. A base deste projeto unitário, ao valorizar o direito de transpor a dualidade entre as formações, contém a compreensão do trabalho em seu duplo sentido: ontológico e histórico. Julga-se fundamental que sejam realizados estudos empíricos que dialoguem com as teorias acerca do trabalho como princípio educativo, especialmente nos cursos de formação técnica e profissional.

Palavras-chave: Educação; Trabalho; Politecnia.

Abstract: Current survey takes into account the school within a context of its relationship with society, economy and politics, and aims at discussing work as an educational principle. A qualitative approach was prepared, produced through a bibliographical research based on Gramsci (2010), Monasta (2010), Manacorda (2007), Frigotto (2005), Saviani (2007) and others, coupled to an analysis of scientific publications in journals and books on the theme. The idea of education includes work, within its multiple dimensions, as an educational principle and a central theme in society, a sure basis in school curricula. Polytechnical and all-sided formation is an end to be reached in professional education and technique is a tool and not a substance. Valorizing the right to go beyond duality among formations, this unitary project is based on work in its ontological and historical meanings. Empirical studies should be undertaken that dialogue with theories on work as an educational principle, especially in technical and professional formation courses.

Keywords: Education; Work; Polytechnicity.

Recebido em: 01/02/2022

Aceito em: 19/04/2022

INTRODUÇÃO

Para discutir a temática do trabalho como princípio educativo, pretende-se, entre outros autores, estabelecer diálogo com a obra de Antonio Gramsci, uma vez que as observações do autor italiano, a despeito da condição em que foi colocado após a prisão, são significantes e justificam porque somente a partir dos anos 1980 teve influência nas discussões sobre a educação brasileira.

Para Monasta (2010), isso se deve ao fato de Gramsci apresentar a escola situada num contexto que leva em conta sua relação com a sociedade, a economia e a política. A filosofia de Gramsci, então, orientou e orienta a pensar o sentido da escola em contínua relação com a sociedade.

Segundo Manacorda (2007), Gramsci desenvolveu os conceitos de Marx sobre a pedagogia do trabalho. Ambos caminham juntos quando se trata de ressaltar o aspecto da omnilateralidade, uma vez que compreendem que a divisão social do trabalho promove a unilateralidade. Acredita-se que a categoria trabalho, apresentada por Gramsci, carrega em sua essência a categoria ensino já que a educação tem uma relação não apenas com os fenômenos políticos e correlaciona-se ao que ocorre no mundo do trabalho e da produção.

Desta maneira, de acordo com Manacorda (2007) para Gramsci, o trabalho é um elemento constitutivo do ensino, “semelhante ao que é o aspecto prático no ensino tecnológico em Marx; o trabalho não é um termo antagônico e complementar do processo educativo, ao lado do ensino em suas variadas formas, mas se insere no ensino pelo conteúdo e pelo método”. (MANACORDA, 2007, p. 144).

Segundo Monasta (2010), Gramsci propugna uma educação que, longe de pensar a formação para erudição, pretende, tampouco, a formação de técnicos que respondam às necessidades imediatas do mercado e, sim, “homens cultos, historicamente determinados que compreendem o mundo do trabalho e seus processos produtivos.” (MONASTA, 2010, p. 49). E o próprio Gramsci (2010) adverte que esta consciência não vem pela natureza propriamente dita, mas há um processo que vai gerá-la a partir da reflexão, primeiro individualmente e, posteriormente, agregada. Desta maneira conseguiu-se avançar neste plano.

O homem é, sobretudo espírito, isto é, criação histórica e não natureza (...) só o grau a grau, estrato a estrato, a humanidade adquiriu consciência de seu próprio valor e conquistou direito de viver independente dos esquemas e dos direitos das minorias afirmadas num tempo precedente. Esta consciência formou-se não sob o ferrão brutal das necessidades fisiológicas, mas pela reflexão inteligente, primeiro por alguns, depois por toda a classe. (GRAMSCI, 2010, p. 55).

Tendo como pressupostos as questões apresentadas anteriormente, este artigo de revisão tem como objetivo discorrer sobre as relações entre educação, o trabalho e o trabalho como princípio educativo.

Para atingir o objetivo expressado anteriormente o texto está estruturado em duas seções. A primeira parte aprofunda o processo metodológico utilizado para sua elaboração e, a segunda, apresenta a fundamentação teórica privilegiada. Por fim, apresentam-se as considerações finais e os referenciais teóricos trazidos para esta discussão.

2 METODOLOGIA

Severino (2007) adverte que ao usar técnicas de pesquisa por mais sofisticadas que sejam, jamais vão prescindir de um método para orientá-las. “Ele segue um cuidadoso plano de utilização, ou seja, cumpre um roteiro

preciso, ele se dá em função de um método.” (SEVERINO, 2007, p. 100). No entanto, para abonar a eficácia deste procedimento, deve-se ter como referência um fundamento epistemológico que alicerce e justifique a aplicação da metodologia.

Sendo assim, este trabalho segue os preceitos da abordagem qualitativa já que, segundo Minayo (2009), o objeto das ciências sociais é qualitativo em sua essência e a realidade social ultrapassa quaisquer teorias, pensamento, ou elaboração de discurso que possamos fazer sobre ela. Na pesquisa qualitativa o nível de realidade tratada por esta não é passível de quantificação e nem deveria ser pois, segundo a autora,

ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO, 2009, p. 21).

Com este viés foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com seleção de artigos científicos publicados em revistas, em teses, dissertações e livros com foco em autores como Frigotto, Saviani, Ramos, Manacorda entre outros. Utilizaram-se, como categorias de busca, as palavras ‘educação e trabalho’ e, posteriormente, ampliando os termos de busca para incluir a investigação acerca do ‘trabalho como princípio educativo’.

Para Silva e Pasqualli (2020, p. 4), “a metodologia de um estudo puramente teórico não pode fugir de um caminho que é exclusivo, isto é, o da pesquisa bibliográfica” e, para Gil (2010), esta pesquisa é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Para Boccato (2006, p. 266),

a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação. (BOCCATO, 2006, p. 266).

Na sequência, apresentam-se o corpo teórico de análise e a discussão do artigo de revisão proposto.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 A ESCOLA E O TRABALHO EDUCATIVO

Em relação à escola, Gramsci acredita que não se deve esperar pelo ensino superior para introjetar nos estudantes a busca pela autonomia ou aguardar para que aprendam na prática em seu cotidiano. Ele enfatiza a busca por métodos criativos que elevem a capacidade cognitiva e de formação de personalidade autônoma a partir de uma escola unitária.

Para Martins (2021, p. 11),

Há diferentes tipos de escola e a unitária é uma proposição ao nível básico de ensino. Contudo, ela não nasceu pronta, amadureceu ao longo do tempo. Na juventude, até o chamado “Biênio Vermelho”, Gramsci entendia que os processos de ensino-aprendizagem deveriam ser “desinteressados” (antônimo de “interesses”, como se utiliza na linguagem corrente), isto é, uma formação geral do ser humano, propedêutica, democraticamente aberta a todos, não profissionalizante precocemente e sem a vinculação imediata com um modelo social específico. Contudo, nos escritos do cárcere, essa proposta educativa escolar amadureceu,

fundou-se no trabalho como princípio educativo e adotou o objetivo de colaborar no processo de superação das relações sociais capitalistas, para construir uma nova civilização, favorecida pela escola como formadora de intelectuais.

Neste sentido, é importante trazer para este texto as contribuições de Saviani (2007), para quem o trabalho na sua gênese produz humanidade. Nesta direção, Marx e Engels destacam que

Podemos distinguir o homem dos animais pela consciência, pela religião ou por qualquer coisa que se queira. Porém, o homem se diferencia propriamente dos animais a partir do momento em que começa a produzir seus meios de vida, passo este que se encontra condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, o homem produz indiretamente sua própria vida material. (MARX; ENGELS, 1974, p. 19, grifos do original).

A partir deste acontecimento a relação do homem com o trabalho foi modificada e, então, criou-se a divisão do trabalho. O processo educativo passou a ser caracterizado pela sua privatização já que, ao aceitar viver em condições que não permitem alguns homens encontrar no trabalho meio de satisfazer suas necessidades e, sim, dividir o fruto de seu esforço com outrem, o trabalho muda conceitualmente.

Temos, por conseguinte, uma cisão no modo de educar, pois a educação que primordialmente é constituinte de todos pelo processo natural, agora, depende desta relação de propriedade. Segundo Saviani (2007), “é o modo como se organiza o processo de produção, portanto, a maneira como os homens produzem os seus meios de vida que permitiu a organização da escola como um espaço separado da produção.” (SAVIANI, 2007, p. 9).

Outro período marcante, no processo histórico e que muda radicalmente o caráter do trabalho, ocorreu durante a mudança do modo de produção feudal para o sistema de trocas. A revolução industrial e a ascensão da burguesia como classe hegemônica introduziram a máquina e, com ela, a produção de excedentes de tal monta que se configurou a sociedade de mercado e a formação dos grandes centros urbanos.

Milhares de pessoas que antes viviam do trabalho - que dependiam apenas do seu esforço - agora dividem com as máquinas estes esforços, não obstante, isso não muda sua situação de exploração. Com a maquinaria surge uma escola que antes era dominada pelo saber teológico e, agora, advém da necessidade de criar mão de obra para ser incorporada pela indústria nascente e para preparar homens para organizar esta produção em nível de comando da engrenagem que o sistema político-econômico necessitava, também, no campo intelectual.

A mudança principal realizada pela Revolução Industrial foi a substituição da mão-de-obra humana pela máquina no processo produtivo. Se antes, na manufatura, o homem era a força produtiva central, se era ele (o trabalhador) quem agia sobre a matéria para transformá-la em algo útil para o consumo humano, agora, na indústria, transferiu-se para as máquinas as atividades manuais. Esta é a grande revolução industrial operada a partir de então, e que colocou a máquina no centro do processo produtivo, deslocando o homem (o trabalhador), transformando-o num “adendo” da máquina, que está ali apenas para garantir que esta continue funcionando bem e de modo eficiente. Não é mais ele (o trabalhador) quem age sobre a matéria para transformá-la, o trabalhador não é mais o produtor direto, e sim, é a máquina que agora ocupa esta função. De produtor, o trabalhador foi reduzido a “servo” da máquina. (ALVES, 2020, p. 47).

Saviani (2003) propõe então um ensino politécnico que, além de especializar a pessoa em uma atividade, conjugue os conhecimentos fundamentais para que o estudante possa participar do mundo da cultura reunindo elementos para dar continuidade ao ensino superior.

Saviani (2003) indica que a noção de politecnia é derivada da noção de trabalho, o ponto de referência é a noção do conceito do trabalho em si. A assimilação da realidade do trabalho é de onde brota este conceito. O autor considera que toda a organização da educação tem como fonte esta organização do trabalho. A organização é precedida pela reflexão e se dá a partir do conceito e do fato do trabalho, ou seja, do entendimento de sua realidade.

O autor diz ainda que isso se dá porque afirmamos que a educação é relativa à humanidade e que a educação tem como papel principal a formação do homem e, ainda, que falta perguntar o que é este homem, pois o que caracteriza a humanidade do ser é justamente o trabalho.

A necessidade de produção incessante de sua existência é que coloca o homem num patamar diferente dos animais, pois enquanto o animal garante sua existência pela própria natureza, adaptando-se a ela, o homem faz o movimento inverso passando a constituir-se, enquanto tal, ao adaptar a natureza a si, transformando-a, pela intervenção nela por meio do trabalho. Enquanto que para os animais não existe um *a priori*, a consciência do homem cria objetos na relação com a natureza. Saviani (2003) traduz assim este processo:

Se é o trabalho que constitui a realidade humana, e se a formação do homem está centrada no trabalho – isto é, no processo pelo qual o homem produz a sua existência –, é também o trabalho que define a existência histórica dos homens. Através desta atividade, o homem vai produzindo as condições de sua existência, transformando a natureza e criando, portanto, a cultura e um mundo humano. Esse mundo humano vai se ampliando progressivamente com o passar do tempo (SAVIANI, 2003, p.133).

Com o decorrer do tempo ocorrem mudanças no modo de produção da existência do homem. Por conseguinte, a forma do trabalho deste acompanha estas mudanças e as formas de existência, até a chegada do modo de produção no capitalismo que se caracteriza pelos meios de produção que estão alienados de quem de fato são responsáveis pela produção.

Para Saviani (2003), não há como encarar a realidade da escola sem considerar esta condição do ser humano. Com a inversão da importância das cidades em relação ao campo, a crescente urbanização das cidades no período medieval, por exemplo, ficava subordinada ao campo e com a industrialização passou a ocorrer o contrário, com a mecanização crescente da agricultura e a adaptação de técnicas industriais, ganham relevo as relações sociais como formas urbanas e passam a predominar sobre as rurais.

O autor apresenta como decorrência disso a codificação da comunicação, não mais a partir de modo espontâneo e natural, já que a necessidade da formalização destes códigos impõe a alfabetização generalizada, universalização da escola essencial para acesso aos códigos escritos.

Para Saviani,

Nas formas de sociedade anteriores, a escola podia ficar restrita àquela pequena parcela da sociedade que precisava desenvolver esse tipo de trabalho. A sociedade capitalista, cujo eixo passa a girar em torno da cidade, incorpora, na própria forma de organização, os códigos escritos, gerando a necessidade de que todos possam dominá-los. Decorre daí a proposta de universalização da escola e é sobre essa base que vão se estruturar os currículos escolares. (SAVIANI, 2003, p. 135).

Dito isso, o autor afirma que se pode considerar que, desde o ensino elementar, o trabalho está posto de forma a transformar sobre a natureza. Saviani (2003) adverte que o processo de ação sobre a natureza ocorre sempre como ato solidário e não levado a cabo individualmente. E na sociedade capitalista, na época moderna, surge o individualismo em contraposição ao modo gregário que o constituía inicialmente. Então, a base do currículo elementar é sustentada pela ação do homem em relação à natureza e com os outros homens. Como o homem, para sobreviver e atender as suas necessidades, tem que se adaptar a natureza, conhecê-la, a partir do currículo as ciências naturais, pode ser os primeiros passos para desvendá-la.

No mesmo passo ao relacionamento com a natureza, o homem estabelece relações com outrem e, ao estabelecer regramento para esta convivência, impõe-se necessidade de analisar estas relações, como são constituídas

as sociedades que acabam fazendo surgir outro bloco que vem ao encontro desta necessidade, ou seja, que compõe o currículo, a escola elementar denominada ciências sociais que neste bloco foi traduzido, segundo o autor, pelas disciplinas geografia e história.

Sobre isso Gramsci, citado por Manacorda (2007), afirma que

o ensino é uma luta contra o folclore, em favor de uma concepção realista em que se unem dois elementos: a concepção de lei natural e a da participação ativa do homem na vida da natureza, isto é, em sua transformação segundo um objetivo que é a vida social dos homens. Ou seja, essa concepção unifica-se no trabalho, que se baseia sobre o conhecimento objetivo e exato das leis naturais para a criação da sociedade dos homens. (MANACORDA, 2007, p. 186).

Estes conhecimentos, por conta de sua obtenção por métodos e processos de sistematização, receberam a denominação de científicos. O que diferencia este processo é que na sociedade moderna a “Ciência diz respeito ao conjunto da sociedade, porque ela se converte em potência material incorporada ao trabalho socialmente produtivo.” (SAVIANI, 2003 p. 136).

Por isso, diz o autor, que o trabalho é o princípio que orienta todo este processo. Mesmo quando aparece implicitamente, como no caso do ensino fundamental, é o trabalho determinante em relação ao currículo escolar em função das exigências feitas pela vida societária. Nas palavras do autor, os primeiros passos na aprendizagem, seja a leitura, a escrita, as operações matemáticas básicas rudimentares, as noções de ciências naturais e sociais, são fundamentais para compreensão do mundo onde vivemos, inclusive, para entender a própria incorporação, pelo trabalho, dos conhecimentos científicos no âmbito da vida em sociedade.

98 Para Saviani (2003), ao passo que há o desenvolvimento no processo escolar, é exigida a explicitação dos mecanismos característicos do processo de trabalho. O autor defende que o ensino médio seja organizado de forma que fique explícita a questão do trabalho pois, para o autor, nesta etapa o trabalho aparece além de uma condição, mas como algo que constitui determinando a forma de sociedade. Determina, outrossim, a forma e, conseqüentemente, o modo de organização da escola. Pois se opera como um modo implícito, necessário nesta etapa, apresentar seu desenvolvimento e organização na sociedade capitalista. Este momento é oportuno para a questão da politecnia.

A politecnia, esclarece Saviani (2003), aponta para a direção de superar a dicotomia existente entre trabalho manual e intelectual e na relação da instrução entre a educação profissional e a geral. Com a generalização dos conhecimentos exigidos pela sociedade moderna, carrega consigo uma contradição, com a privatização dos meios de produção, a parcela social que detém estes meios é que se beneficia da produção dos mesmos. Enquanto a maioria que entra com a força de trabalho sai em desvantagem. Como neste modo de produção, com base no capital, a ciência integra o trabalho produtivo, “convertendo-se em potência material”, o conhecimento acaba convertido em força produtiva, ou seja, meio de produção. A contradição do capitalismo não deixa incólume a questão do conhecimento. “Se essa sociedade é baseada na propriedade privada dos meios de produção e se a ciência, como conhecimento, é um meio de produção, deveria ser propriedade privada da classe dominante.” (SAVIANI, 2003, p. 137).

Ocorre que a apropriação de conhecimentos dos trabalhadores acontece de forma absoluta, uma vez que o conhecimento é execução, instrumento e condição para força de trabalho poder operar. A esta questão levou a sociedade capitalista a desenvolver mecanismos que transformam esses conhecimentos elaborados e sistematizados que o trabalhador recebe parceladamente, o que assegura a apropriação dos conhecimentos pela classe detentora do capital.

Como exemplo deste processo, Saviani (2003) cita o taylorismo que, segundo o autor, é a expressão mais típica do que foi aqui exposto. O estudo do tempo e movimentos possibilitou avaliar quais eram as tarefas que cabia

a cada trabalhador na produção de determinado bem, quando sistematizado este conhecimento é propriedade dos que detém os meios de produção ou seus representantes, ou seja, intelectuais que têm participação no processo produtivo.

Nessa direção, a formação dos trabalhadores fica à mercê das exigências do mercado de trabalho. O que implica na formação dos que dominam a concepção dos processos de trabalho e os que o executam. Para alguns o ensino profissional se destina à concepção e, para muitos, as tarefas de execução.

Segundo Saviani (2003),

A noção de politecnia contrapõe-se a essa ideia, postulando que o processo de trabalho desenvolva, em uma unidade indissolúvel, os aspectos manuais e intelectuais. Um pressuposto dessa concepção é que não existe trabalho manual puro e nem trabalho intelectual puro. Todo trabalho humano envolve a concomitância do exercício dos membros, das mãos, e do exercício mental, intelectual. Isso está na própria origem do entendimento da realidade humana como constituída pelo trabalho. (SAVIANI, 2003, p.138).

Se o homem é constituído no momento em que a natureza sofre a ação e é adaptado por este que a ajusta às suas necessidades de sobrevivência, perseguindo um objetivo com uma intenção antecipadamente elaborada pela mente, demonstra que o exercício se encontra presente já nos trabalhos manuais e rudimentares mais primitivos. A produção histórica social é que é responsável por essa separação que, segundo o autor, é relativa e não absoluta.

A formalidade deste processo é que forjou a separação entre os dois tipos de trabalho, quando os trabalhos de domínio manual foram sistematizados e passaram a ser tarefa de determinado grupo social, o mesmo ocorreu com o trabalho intelectual, que passou a ser tarefa de outro grupo social. A partir disso, surge o que conhecemos por trabalhadores manuais; sua sistematização passa a definir predominantemente essas profissões, mas o autor ressalta que mesmo assim não exclui a função intelectual.

O próprio fenômeno da aprendizagem evidencia que

se o trabalhador pode aprender essas funções, exercer essas atividades, é porque aplica a sua inteligência no domínio desse processo. Inversamente, as funções e as profissões ditas intelectuais têm esse nome porque se organizam tendo como eixo de articulação as funções intelectuais. Mas também não se fazem sem percurso à prática, à ação manual. É por isso que a ciência não se faz sem manipulação da realidade e não se pensa sem a base da ação. O que a ideia de politecnia tenta trazer é a compreensão desse fenômeno, a captação da contradição que marca a sociedade capitalista, e a direção de sua superação. (SAVIANI, 2003, p. 139).

Para Saviani, este problema não poderá ser solucionado com a socialização dos meios de produção que possibilitaria a disposição do processo produtivo para a coletividade, pois 'as máquinas', libertando o homem do jugo da natureza, do esforço do trabalho manual e, a partir disso, subtrair o tempo socialmente necessário, ou seja, o tempo é redimensionado e fica disposto para seu usufruto. Entretanto, este processo é distorcido pela sociedade capitalista e corrói o tempo de usufruto da classe que vive do trabalho. É apenas uma parcela da humanidade que lança mão deste benefício. Não obstante, o crescimento da riqueza social. A classe trabalhadora não usufrui deste crescimento na mesma proporção que produz esta riqueza. Para que o conjunto da sociedade possa usufruir concomitantemente do trabalho intelectual e manual é condição fundamental para a superação deste modelo de sociedade. Para Saviani (2003, p. 139) "A ideia de politecnia se esboça nesse contexto, ou seja, a partir do desenvolvimento atingido pela humanidade no nível da sociedade moderna, da sociedade capitalista, já detectando a tendência do desenvolvimento para outro tipo de sociedade que corrija as distorções atuais."

Como a politecnia, no sentido literal, quer dizer 'múltiplas técnicas', corre-se o risco, adverte Saviani (2003), de este conceito ser entendido como totalidade de diferentes técnicas fragmentadas e autônomas. Como exemplo prá-

tico disso o autor cita a lei nº 5692/71, que apresentava o rol de uma variedade de trabalho com diferentes habilidades ou especialidades. A partir disso, a escola neste nível de ensino teria como tarefa atender as necessidades do mercado, formando profissionais em diferentes especialidades.

Saviani (2003) acrescenta que a politecnia destoa desse entendimento, pois

Politecnia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Está relacionada aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho e tem como base determinados princípios, determinados fundamentos, que devem ser garantidos pela formação politécnica. Por quê? Supõe-se que, dominando esses fundamentos, esses princípios, o trabalhador está em condições de desenvolver as diferentes modalidades de trabalho, com a compreensão do seu caráter, da sua essência. (SAVIANI, 2003, p. 140).

Assim sendo, ao pensar na organização do ensino médio a partir de um enfoque da politecnia, a direção a ser seguida não é o da multiplicação das habilidades infinitas a fim de abraçar todas as formas de atividades dispostas pela sociedade. Para Saviani (2003), trata-se, por meio de oficinas, alcançar o processo de trabalho real, já que a politecnia inexistente sem a articulação entre trabalhos manual e o intelectual permitindo, assim, a assimilação tanto da teoria quanto da prática dos princípios científicos que fundamentam a organização moderna. Com esta formação o estudante, além de dispor do conhecimento para aplicação profissional, passará a contar em seu repertório com a compreensão dos princípios científicos que a escola colocou a sua disposição, teoricamente, desde os primeiros anos do ensino básico, o que facilitaria sua compreensão da constituição da natureza da sociedade onde vive.

Frigotto (2005) também entende que o trabalho engendra, além da satisfação da necessidade primeira, este outro aspecto de um princípio que ele denomina de formativo e educativo. Como seres da natureza, somos tentados a duelar com a própria natureza para salvar nossa existência da fome, das intempéries etc.

3.2 O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

O trabalho como princípio educativo, então, não é primeiro e, sobretudo, uma técnica didática ou metodológica do processo de aprendizagem, mas um princípio ético-político. Dentro desta perspectiva, o trabalho é, ao mesmo tempo, um dever e um direito. (FRIGOTTO, 2005, p. 60).

O autor ressalta que a vinculação do trabalho a um sistema sob hegemonia do capital, faz com que o trabalho adquira nova formatação a cada modo de produção inédito e à medida que a expansão do comércio absorve novos mercados. No final do século XX, por exemplo, com o processo de mundialização do capital, quando empresas multinacionais e, depois, transnacionais alteraram a ordem econômica, muitos países passaram a abrigar estas empresas e em troca oferecem mão de obra barata para a exploração.

Desta maneira,

O rompimento dos controles que limitavam a força e os lucros do capital começou, especialmente, pelo fenômeno da instalação das empresas multinacionais nos países onde havia abundância de mão de obra barata e matérias-primas, fugindo aos controles maiores dos países de origem. Em seguida ampliou-se pelas empresas transnacionais, estas gerindo um capital sem pátria e sem alma. (FRIGOTTO, 2005, p. 68).

A despeito de todo o avanço da ciência que temos presenciado nos últimos anos e que, em muitos aspectos têm facilitado a vida pelos engenhos que cria, entretanto, por conta de seu desenho, determinado por esta ordem controlada pelo capital, potencializa a acumulação de riqueza e cria uma contradição, quando, “sob as relações do capitalismo tardio produzem o desemprego estrutural ou o trabalho precarizado.” (FRIGOTTO, 2005, p. 70).

Frigotto (2005) reconhece que o ensino na educação básica possa criar atributos que permitam aos jovens desvendar as relações que impedem que uma nação prospere cultural, social, econômica e politicamente. Por isso, o autor reserva ao ensino médio integrado um papel fundamental nesta tarefa, ao alargar as consciências, de maneira que os jovens excedam na sua formação, fundamentos que abram a possibilidade para desenvolver-se enquanto seres humanos, que vivem em sociedade, e, partilhem esta vivência no trabalho, além dos saberes técnicos.

Para compreender o lugar do ensino médio integrado na educação brasileira, destaca-se que se trata de etapa formativa, voltada aos estudantes que concluíram o ensino fundamental e que, tal modalidade, teve sua implementação a partir do decreto nº 5.154/2004, no governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A partir da publicação deste decreto, o ensino médio integrado foi tratado como uma modalidade da educação básica, que a articula à educação técnica de nível médio e o ensino médio e deve se dar de maneira “integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno.” (BRASIL, 2004).

Ciavatta (2005) contribui com a compreensão desta modalidade de ensino brasileiro quando apresenta a ideia de que a integração deve ser remetida ao objetivo de compreender a educação como uma totalidade social, visando a finalidade maior da emancipação humana. Sendo assim, a preparação para o trabalho deve estar fundamentada na articulação com a educação geral.

Para Ramos (2008), é nessa etapa de formação escolar que os conhecimentos científicos e a produção e divisão social do trabalho mostra-se direta, materializa-se e, como lembrava Gramsci, na década de 1920 uma formação que permita o domínio das técnicas, as leis científicas e a serviço de quem e de quantos está a ciência e a técnica. “Trata-se de uma formação humana que rompe com as dicotomias geral e específico, político e técnico ou educação básica e técnica, heranças de uma concepção fragmentária e positivista da realidade humana.” (FRIGOTTO, 2005, p. 72).

Ramos (2017) compartilha da compreensão de Frigotto e sustenta que as mudanças educacionais são inseparáveis e permeadas pelo desenvolvimento dos processos produtivos. A escola, desde sempre, tem relação intrínseca com o mundo da produção. O ditado grego ‘a necessidade gera a possibilidade’ poderia ser adaptado, neste caso, para o ‘interesse gera a possibilidade’. A autora traça o trajeto histórico da educação, demarcando as várias etapas da história da humanidade, fazendo com que se torne evidente como, onde e porque se processaram mudanças na educação no Brasil como, por exemplo, esta conexão tem, entre outras consequências, a criação do Sistema S - sistema composto por nove instituições prestadoras de serviços que são administradas de forma independente por federações e confederações empresariais dos principais setores da economia-, pois foi a consolidação do estado capitalista que ocasionou a oferta de educação por este sistema. À medida que a produção social da existência tornou-se mais complexa, por conta da introdução da maquinaria, favorecendo a divisão social e técnica, o trabalho que passou a demandar uma racionalidade diferente daquela do trabalho operacional, mister se fez treinar os indivíduos para dar conta desta nova fase produtiva, suscitando a criação de cursos profissionalizantes.

Ramos (2010) também esclarece que apesar do art. 22 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) colocar o aprimoramento da pessoa humana como objetivo a ser alcançado pela educação, até então nunca se apontou como central esta questão. Significaria transmutar o foco do mercado para os sujeitos e enfatizar que se trata de sujeitos reais que na sua singularidade erigidos em seus projetos de vida a partir da multiplicidade de relações sociais buscam a emancipação destes que, segundo a autora, só pode ocorrer no momento em que projetos individuais e projetos sociais sejam agregados coerentemente.

Superar a dualidade entre as formações geral e específica, deslocando o foco do mercado para pessoa humana

[...] implica garantir o direito de acesso aos conhecimentos socialmente construídos, tomados em sua historicidade, sobre uma base unitária que sintetize humanismo e tecnologia. A ampliação de suas finalidades – dentre as quais se incluem a preparação para o exercício de profissões técnicas, a iniciação científica, a ampliação cultural, o aprofundamento de estudos – é uma utopia a ser construída coletivamente. (RAMOS, 2010, p. 48).

Nesta direção, Ramos (2010) compreende o trabalho como mediação fundamental para o processo de produção da existência humana, bem como de sua objetivação. Sendo assim, partindo de uma base unitária que envolve humanismo e tecnologia deve-se garantir o acesso à produção de conhecimento que a sociedade viu nascer. Tal sociedade, vista, historicamente, como utopia ser construída, amplia a finalidade do exercício de profissionais técnicos e é composto pela iniciação à ciência, à cultura de forma ampliada e ao aprofundamento dos estudos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o objetivo do texto apresentado é discorrer sobre as relações entre educação, o trabalho e o trabalho como princípio educativo acredita-se que a concepção de educação aqui abraçada reputa o trabalho - em suas múltiplas dimensões - como princípio educativo e categoria central da sociedade, eixo indiscutível dos currículos escolares. Tem-se em conta, também, que a formação politécnica e omnilateral é um fim a ser alcançado na educação profissional e que a técnica é instrumento e não ente substantivo.

Como a metodologia proposta nesta pesquisa segue uma abordagem qualitativa, produzido por meio de pesquisa bibliográfica, buscaram-se respostas aos anseios dos pesquisadores em autores clássicos que tratam da temática.

Tais autores trazem para a baila que a base de um projeto unitário valoriza o direito de transpor a dualidade entre as formações que contêm a compreensão do trabalho em seu duplo sentido ontológico e histórico. Nos dois sentidos o trabalho é o princípio educativo. No primeiro sentido permite aos estudantes a compreensão histórica que resulta na produção científica e tecnológica que se caracteriza como conhecimentos que através de seu desenvolvimento são apropriados socialmente e transformam as condições de vida e permitem o desenvolvimento das capacidades e potencialidades humanas. Pelo sentido histórico, o trabalho como princípio educativo exige que o processo educativo atenda às necessidades específicas de um determinado contexto social e econômico quando a sociedade destina seus membros para o trabalho socialmente produtivo.

Considerando o recorte teórico privilegiado por esta pesquisa, acredita-se, fundamental que sejam realizados estudos empíricos que dialoguem com as teorias acerca do trabalho como princípio educativo, especialmente nos cursos de formação técnica e profissional, a exemplo de estudos e pesquisas sobre a materialização do currículo integrado em cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, presentes em todo o país, ofertados pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

REFERÊNCIAS

ALVES, D. J. Notas para o estudo do trabalho industrial urbano: o princípio educativo da “Escola Para Todos” a partir da modernidade. *Revista Trabalho Necessário*, 18(35), 38-60, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.v18i35.40491>. Acesso em: 08 abr. 2022.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. *Revista Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274,

2006. Disponível em: http://arquivos.cruzeirosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_odontologia/pdf/setembro_dezembro_2006/metodologia_pesquisa_bibliografica.pdf. Acesso em: 21 jan. 2022.

BRASIL, **Decreto nº 5.154/2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 22 maio. 2022.

CIAVATTA, M. A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.3i3.p6122>. Acesso em: 11 abr. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: os intelectuais, o princípio educativo e jornalismo. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. 2.

FRIGOTTO, G. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. (orgs) **Ensino médio integrado**: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas, SP: Alínea, 2007.

MARTINS, M. F. Gramsci, educação e escola unitária. **Educação e Pesquisa [online]**. 2021, v. 47. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147226099>. Acesso em: 08 abr. 2022

MARX, K.; ENGELS, F. **La ideologia Alemana**. Montevideo: Pueblos Unidos; Barcelona: Grijalbo, 1974.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social**: teoria método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MONASTA, A. **Antonio Gramsci**. Tradução: Paolo Nosella. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2010.

RAMOS, M. N. O projeto unitário de Ensino Médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. (orgs). **Ensino médio Integrado**: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2010.

RAMOS, Marise N. Concepção do ensino médio integrado à educação profissional. In: **O ensino médio integrado à educação profissional**: concepções e construções a partir da implantação na Rede Pública Estadual do Paraná. Curitiba, SEED/PR, 2008.

RAMOS, M. N. Ensino médio Integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. In: ARAÚJO, A. C.; NASCIMENTO, C. N. (org.). **Ensino médio integrado no Brasil**: fundamentos, práticas e desafios. Brasília: IFB, 2017.

SAVIANI, D. O choque teórico da Politécnica. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 131-152, mar. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462003000100010-&lng=en&nrmiso. Acesso em: 20 jan. 2022.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2021.

SILVA, V. G. da; PASQUALLI, R. A atualidade da pedagogia socialista soviética: um ensaio teórico. **Research, Society and Development**, [s. l.], v. 9, n. 7, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4388>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2007.